

RBESTRevista Brasileira de
Economia Social e do Trabalho**BJSLE**Brazilian Journal of
Social and Labour Economics<https://doi.org/10.20396/rbest.v6i00.20251>

DEBATE

Informação algorítmica e políticas públicas: A contribuição dos modelos de Inteligência Artificial Generativa

Paulo Jannuzzi Vicente da Rocha Soares Ferreira****Elisabete Ferrarezi*** Tatiana Maranhão******Enrico Martignoni********Resumo**

A formulação de políticas públicas está, hoje, exposta a um turbilhão de informações de baixa credibilidade e sem evidências consistentes que circulam nas redes sociais, levando à destruição e descontinuidade de experiências inovadoras e fundamentais para a garantia e ampliação dos direitos de cidadania. Assistentes de Inteligência Artificial Generativa (IAG), como o ChatPP, vão na contramão disso, ao criar um ambiente capaz de resgatar o espírito público e consistente no trato das informações mobilizadas por algoritmos. O acervo de referência que alimenta estas ferramentas deve passar por uma curadoria de vocação republicana e aberta à reflexividade democrática para que a IAG seja uma aliada na defesa de uma retomada civilizada e racional das políticas sociais.

Palavras-chave: Inteligência Artificial Generativa; Políticas públicas; Políticas sociais.

JEL: H40, H75, I18, I28, I38.

* Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE-IBGE), Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3528-7497>

E-mail: paulo.jannuzzi@ibge.gov.br

** Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1196-5778>

E-mail: vicenterocha@ufg.br

*** Centro de Colaboração Interinstitucional de Inteligência Artificial Aplicada às Políticas Públicas (CIAP), Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4638-5615>

E-mail: beterralha@gmail.com

**** Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP-UNICAMP), Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-4961-2396>

E-mail: tatimaranhao13@gmail.com

***** Centro de Colaboração Interinstitucional de Inteligência Artificial Aplicada às Políticas Públicas (CIAP), Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-7846-4289>

E-mail: emartignoni@yahoo.com



Algorithmic information and public policies: The contribution of Generative Artificial Intelligence models

Abstract

Public policy formulation is currently exposed to a maelstrom of low-credibility information and inconsistent evidence circulating on social media, leading to the destruction and discontinuity of innovative and fundamental initiatives for guaranteeing and expanding citizenship rights. Generative Artificial Intelligence (GAI) assistants, such as ChatPP, counter this trend by creating an environment capable of restoring a public and consistent spirit in the handling of information mobilized by algorithms. The reference database that feeds these tools must undergo curation guided by republican values and openness to democratic reflexivity so that GAI becomes an ally in defending a civilized and rational resurgence of social policies.

Keywords: Generative Artificial Intelligence; Public policies; Social policies.

Información algorítmica y políticas públicas: La contribución de los modelos de Inteligencia Artificial Generativa

Resumen

Hoy en día, la formulación de políticas públicas está expuesta a un torbellino de información de baja credibilidad y sin pruebas consistentes que circula por las redes sociales, lo que conduce a la destrucción y la interrupción de experiencias innovadoras y fundamentales para garantizar y ampliar los derechos de los ciudadanos. Los asistentes de Inteligencia Artificial Generativa (IAG), como ChatPP, van en contra de esto, creando un ambiente capaz de rescatar el espíritu público y la consistencia en el tratamiento de la información movilizadora por algoritmos. La colección de referencia que alimenta estas herramientas debe ser curada con vocación republicana y abierta a la reflexividad democrática, para que la GIA pueda ser un aliado en la defensa de una reanudación civilizada y racional de las políticas sociales.

Palabras clave: Inteligencia Artificial Generativa; Políticas públicas; Políticas sociales.

Information algorithmique et politiques publiques: L'apport des modèles d'intelligence artificielle générative

Résumé

Aujourd'hui, l'élaboration des politiques publiques est exposée à un tourbillon d'informations peu crédibles et sans preuves cohérentes circulant sur les réseaux sociaux, ce qui conduit à la destruction et à l'interruption d'expériences innovantes et fondamentales pour la garantie et l'élargissement des droits des citoyens. Les assistants d'intelligence artificielle générative (IAG), comme ChatPP, vont à l'encontre de cela en créant un environnement capable de sauver l'esprit public et la cohérence dans le traitement de l'information mobilisée par les algorithmes. La collection de référence qui alimente ces outils doit être conservée avec une vocation républicaine et ouverte à la réflexivité démocratique, afin que le GIA puisse être un allié dans la défense d'une reprise civilisée et rationnelle des politiques sociales.

Mots-clés: Intelligence artificielle générative; Politiques publiques; Politiques sociales.

Introdução

Um número crescente de pesquisas tem apontado repercussões significativas – em geral, negativas – do turbilhão de mensagens, textos, fotos e *memes* que circulam nas redes sociais na vida privada e relacionamentos pessoais, assim como na esfera pública e nos governos. A expansão das redes de telecomunicações em escala mundial, a exponenciação do volume e velocidade de processamento computacional e a disseminação da posse e de multiplicidade de usos e aplicações do telefone celular – ou melhor, do *smartphone* – criou um contexto de vivência pessoal e societal muito distinto de uma ou duas décadas atrás. A “informação algorítmica”, isto é, esse tipo de informação circulante e compartilhada nas redes sociais, originadas em fontes de diferentes níveis de credibilidade e de reconhecimento público, com propósitos e valências diversas, passou a fazer parte do cotidiano da sociedade contemporânea e veio para ficar, ou melhor, para transitar, com alcance e rapidez cada vez maior.

Infelizmente, como apontam vários analistas, a fofoca, a mentira, as *fake news* e mensagens de intolerância e de preconceito parecem constituir aquelas de maior difusão e alcance. A “desinformação algorítmica” tem mais sucesso que a sua contraparte, ao gerar visibilidade para quem a cria, sensação de pertencimento para quem a dissemina em suas redes e muito dinheiro para as plataformas que a replicam e a impulsiona dentro e fora das “bolhas” e tribos digitais. Políticas e programas sociais têm sido particularmente vítimas dessa estratégia de difamação, julgamento e condenação sem oportunidade de um debate minimamente racional, baseado em evidências consistentes.

A popularização de assistentes sofisticados de Inteligência Artificial Generativa pode, em parte, contribuir para amenizar esse quadro de “caos informacional”, tese que esse breve ensaio procura apontar. A informação algorítmica produzida por essas ferramentas – respostas a perguntas simples e mais complexas sobre quase qualquer assunto, roteiros e imagens criadas mediante especificações do usuário etc. – requerem acervos consistentes de material de referência para a geração do texto ou imagem, como trabalhos acadêmicos, artigos científicos, relatórios governamentais, obras de arte reconhecidas etc. Por mais críticas que se possa fazer aos “princípios estocásticos” que instrumentalizam essas ferramentas, fato é que os textos produzidos por elas guardam coerência gramatical e semântica em boa medida. Mais do que isso, ao contrário da desinformação algorítmica que grassa nas redes sociais, a informação algorítmica produzida pelo GPT, Gemini, Mistral e outros assistentes têm uma valência de natureza civilizada e racional, garantida a priori por processos de aprendizados em acervos de literatura acadêmica e técnica de qualidade. A qualidade técnica, profundidade analítica, abrangência temática e volume da bibliografia nacional em Ciências Sociais Aplicadas no Brasil pode se constituir, pois, em um acervo referencial auspicioso para produção – ainda que mecânica e correlacional – de respostas a perguntas sobre políticas sociais no país.

Essa é a aposta do projeto “Inteligência Artificial aplicada às Políticas Públicas” (IAPP), coordenado pelo Centro de Colaboração Interinstitucional de Inteligência Artificial Aplicada às Políticas Públicas (CIAP), a partir de iniciativa desenvolvida em conjunto pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Centro de Estudos e Pesquisas Aplicadas ao Setor Público (CEPASP) da Universidade Federal de Goiás (UFG) e pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).¹

Nesse momento de retomada das políticas sociais no país e diante da gravidade das questões sociais que vieram a piorar desde o *golpimpeachment* de 2016 – aumento da fome, pobreza, desigualdade, evasão escolar etc. –, as ferramentas de Inteligência Artificial Generativa (IAG) podem ter grande impacto instrumental para acelerar a efetividade das iniciativas pelos estados e municípios no país. A pressão por maior efetividade da ação pública, em contexto persistente de restrição de espaço fiscal para financiar as políticas públicas, requer o emprego mais intensivo de novos instrumentos de gestão, como os que a IAG pode potencialmente oferecer, desde que bem concebidos e calibrados segundo os consagrados valores republicanos que inspiram as Políticas Públicas no Brasil.

1. O caos informacional da desinformação algorítmica nas políticas públicas

4

A desinformação algorítmica tem gerado um caos informacional na esfera pública. Quanto mais perturbadora a mensagem ou a foto ou quanto menos verossímil a narrativa, mais veloz e intensamente elas são compartilhadas na Internet (Moreira, 2020). Sob o anonimato das redes, discursos de ódio e preconceituosos contra minorias ou contra “maiorias minorizadas” acabam ganhando projeção na Web, pela replicação de usuários e pelos robôs que amplificam o raio de ação da desinformação, de modo a garantir maior monetização dos ganhos da Big Tech proprietária da rede e dos produtores de conteúdo nocivo. Desse modo, esses grupos geradores de desinformação são premiados pela repercussão nas redes, o que gera, por sua vez, incentivos para continuarem a produzir esses discursos, num ciclo vicioso. Os algoritmos usados nas mídias sociais são projetados para maximizar o engajamento do usuário, priorizando conteúdos sensacionalistas e polarizantes, que tendem a ser compartilhados mais rapidamente que mensagens mais verossímeis (Benkler, Faris & Roberts, 2018). A lógica da afetividade tribal se cruza com a da monetização da rede proporcionando aos agentes e empresas envolvidos a geração de valor com custo de produção e veiculação baixíssimos.

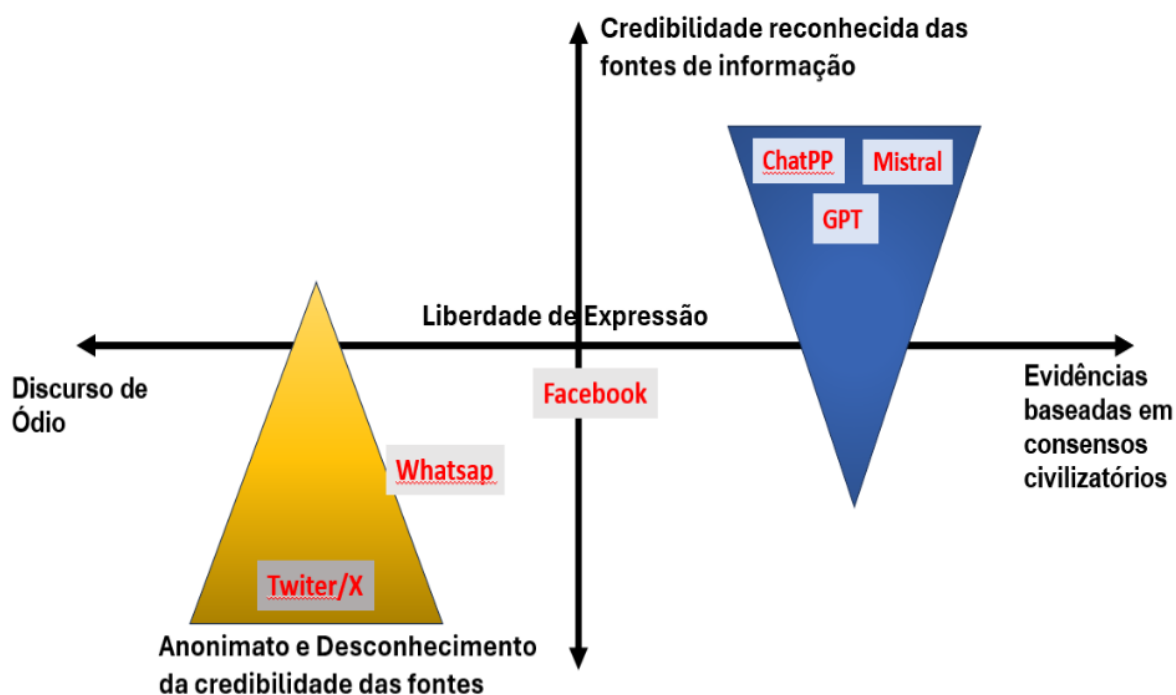
As mídias sociais, pouco regulamentadas, passaram a ter influência marcante no comportamento das pessoas – como a veiculação e curtição de mensagens moralmente não aceitáveis no trato pessoal –, e a ter protagonismo crescente na disseminação de narrativas

¹ A descrição do projeto e um balanço preliminar de seu desenvolvimento podem ser consultados no site do CIAP (www.ciap.org.br). Uma síntese foi apresentada em artigo publicado no *Nexo Políticas Públicas* (Jannuzzi et al., 2024, 10 de outubro).

beirando o delírio factual no campo das políticas públicas – como a de que vacinas poderiam provocar “mudança de sexo”, propaladas por autoridades do governo federal passado durante a Pandemia. Algumas dessas mensagens alcançaram um poder decisivo em votações públicas, como a campanha pelo Brexit no Reino Unido, a eleição de Trump em 2016 e novamente em 2024, – e os pleitos eleitorais no Brasil em 2018, 2022 e 2024. Não é de se estranhar que “Engenheiro do caos” e “Máquina do caos” intitulem, respectivamente, os livros em que Empoli (2019) e Fischer (2023) registram os episódios, situações e impactos perversos do Facebook, WhatsApp, Twitter – entre as principais plataformas de mídias sociais – sobre a sociedade, sobre as políticas públicas pelo mundo e sobre a conjuntura política, do Norte ao Sul Global.

O anonimato das redes oferece garantias de impunidade aos propagadores de discursos de ódio e mensagens algorítmicas que dificilmente seriam verbalizadas pessoalmente (Figura 1). Como disse Umberto Eco, citado por Marques (2023, 18 abril): “A internet promoveu o idiota da aldeia a portador da ‘verdade’ (sic)”, sob aplausos da ‘legião de imbecis’ que perdeu a vergonha de arrolar sandices e maquinações conspiratórias, atrás da tela de um celular.”

Figura 1. Plataformas de informação algorítmica segundo a credibilidade das fontes usadas no aprendizado de máquina e o compromisso com a civilidade na garantia de liberdade de expressão.



Fonte: Elaborada pelos autores com base em Empoli (2019), Fischer (2023) e no Índice de Transparência de Dados.

A preocupação com o impacto das mídias digitais na democracia tem sido objeto de intenso estudo. Pesquisas recentes, como a de Persily e Tucker (2020) em *Social media and democracy*, demonstram como a desinformação e a manipulação algorítmica afetam os processos eleitorais globalmente. Esses autores, ao analisarem o cenário da comunicação digital, destacam como a velocidade e escala da disseminação de desinformação nas plataformas digitais criaram um ambiente onde a verdade factual é constantemente contestada, minando as bases do debate democrático. O voto deixou de ser uma escolha refletida a partir das ideias em debate na arena política para se transformar em mais um elemento do perfil do Instagram, disputando lugar com fotos, memes e likes, e devidamente ajustado à bolha a que se pertence (Lago, 2025, janeiro).

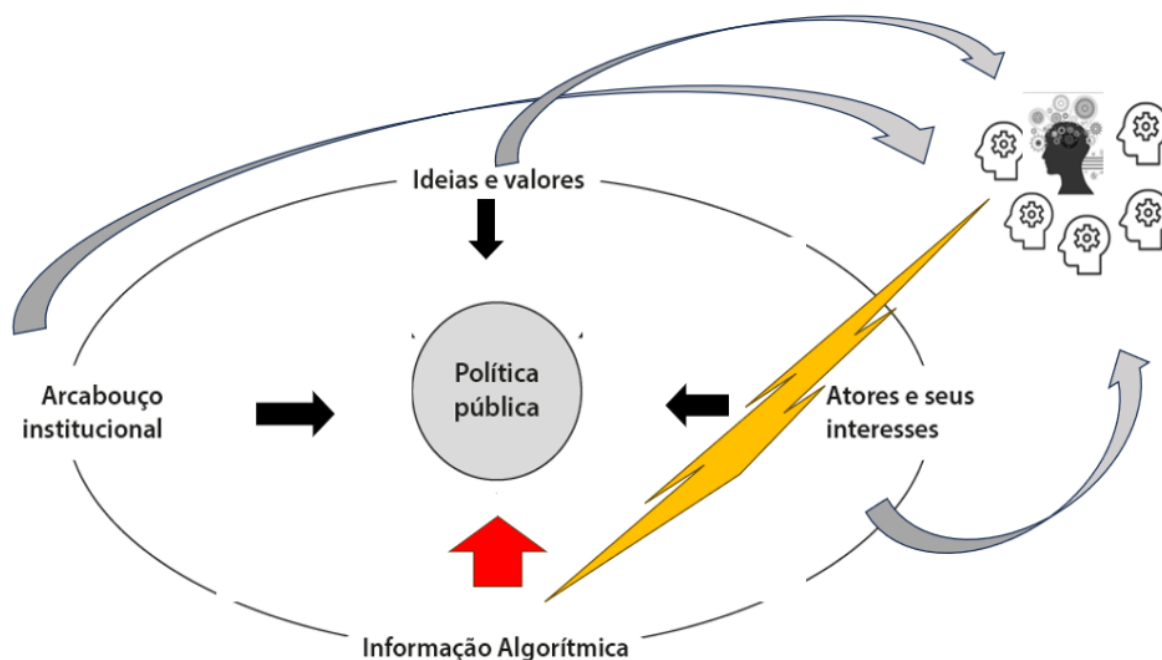
No Brasil, as políticas públicas têm sido particularmente afetadas pela desinformação algorítmica. Os estudos compilados por Silva (2024) e por Silva e Vaz (2022) mostram como as mídias sociais contribuíram para disseminar notícias falsas sobre tratamentos preventivos ou profiláticos contra a Covid, sobre riscos falaciosos das vacinas e sobre as medidas e cuidados necessários para evitar a contaminação do vírus. Os efeitos perversos dessa campanha desinformacional acabaram afetando o desempenho de programas públicos consagrados como o Programa Nacional de Imunizações, com queda nas taxas de cobertura vacinal, e em iniciativas inovadoras como o Programa Saúde na Escola e Escola sem Homofobia, ao interditar temas como saúde sexual, prevenção de drogas ou discussão sobre gênero nas salas de aulas de adolescentes e jovens. Esses programas foram afetados também pela projeção algorítmica da campanha da “ideologia de gênero”, que desde a década de 1990 vinha sendo articulada por setores conservadores da direita católica e da evangélica, no âmbito do Congresso Nacional (Biroli, Machado & Vaggione, 2020).

A desinformação propagada pelas redes sociais, mais tarde, foi também a arma política utilizada contra as resistências à destruição das conquistas sociais da Constituição Federal de 1988, durante o governo Bolsonaro. Carreira e Lopes (2022) organizam várias contribuições sobre estas resistências na política pública de educação, discutindo como a utilização da desinformação foi central para a construção do discurso de que a liberdade das famílias estaria em perigo diante da atuação estatal em vários dos programas inovadores implementados no período anterior. O apoio da população brasileira foi adquirido, em parte, pela mobilização capciosa da Informação Algorítmica pelas redes sociais.

Com seu poder de influência, a informação algorítmica passou a ser uma chave analítica indispensável para compreender a legitimidade e o ritmo da implementação de políticas públicas. Tornou-se uma dimensão a mais a ser considerada nas análises neoinstitucionalistas que, desde os anos 1980, consagraram a importância do arcabouço institucional, dos atores e seus interesses e das ideias e valores no estudo das políticas públicas – os três “Is” (Jannuzzi, 2024). Mas, nesses tempos de “capitalismo datatificado”, a informação algorítmica parece ter se autonomizado em relação a esses vetores clássicos

constituidores das políticas públicas. A informação algorítmica vocaliza *interesses* confessáveis e inconfessáveis de uma miríade de atores políticos; contamina o espírito do tempo – e a sociedade – com *ideias* reacionárias que se imaginava já profundamente enterradas no passado de flagelos que proporcionou; disputa a *institucionalidade* de não ser regulamentada no arcabouço normativo, sob o manto difuso do princípio da “liberdade de expressão”.

Figura 2. Informação algorítmica como quarta chave analítica das políticas públicas.



Fonte: Elaborada pelos autores com base em Jannuzzi (2024).

No contexto atual, analistas de políticas públicas precisam apreender o papel da *informação algorítmica* como eixo explicativo – o quarto “I” – para entender a força e a resistência a vários programas públicos ao longo das suas espirais de implementação. A sociedade parece se sensibilizar mais prontamente aos apelos instantâneos da informação algorítmica que aos argumentos racionais, mais elaborados e menos triviais à compreensão acerca das nuances dos interesses dos atores, a positividade das institucionalidades e o alcance das ideias e valores no momento vivenciado. Com a amplitude e frequência com que é propagada pelas redes, a informação algorítmica parece ter aprofundado com muito mais rapidez e efetividade, em uma década nesse quartel do século XXI, a alienação cultural e simbólica que a propaganda massiva na televisão, rádio e imprensa levou décadas durante o século passado nos EUA. Como bem descreve Sousa (2024), a transmutação do trabalhador-cidadão-reivindicador-de-direitos em integrante passivo de uma classe-média-endividada-consumidora-compulsiva valeu-se de estratégias de dominação cultural bem planejadas,

operadas nas mídias e mesmo em universidades americanas (nessas, por meio de financiamento de pesquisas, congressos e parcerias com *think tanks* conservadores). Ainda assim, a esfera pública comportava alguma disputa e compartilhamento de ideias, valores e visões de mundo.

Nas bolhas em que a sociedade contemporânea se fragmenta para se informar e se sentir “pertencida”, a informação algorítmica deixa pouco espaço para debates plurais, esclarecidos e dispostos a alguma racionalidade conciliadora. Nas tempestades ininterruptas de dados e informações em que se vive atualmente, a informação algorítmica, cientificamente produzida, seletivamente disseminada, bate como um raio intenso, instantâneo, mas confortador ao preencher as frágeis afetividades do crescente contingente de alienados “midionautas” da atualidade (Figura 2). Como bem pontuou (Han, 2022a, p. 37): “Afetos são mais rápidos do que a racionalidade. Em uma comunicação afetiva, não prevalecem os melhores argumentos, mas as informações com mais poder de estimular.”

2. A “civildade” da informação algorítmica dos assistentes de IA Generativa

Embora se tenha destacado os efeitos perversos da Informação Algorítmica sobre as políticas e à conjuntura política, aquela gerada por meio das ferramentas de Inteligência Artificial Generativa pode trazer contribuições positivas ao campo. É o que revelam os assistentes como o GPT da OpenAI, o Mistral da Mistral AI ou nosso ChatPP – Chat das Políticas Públicas –, esse último desenvolvido no âmbito do projeto IAPP já citado na introdução. Essas ferramentas estão baseadas em processos de aprendizado de máquina e referenciamento em vasto *corpus* de textos técnico-científicos, com alguma ou nenhuma (no caso do ChatPP) incorporação de material circulante nas mídias sociais. E exatamente por passarem por processo de aprendizado fundamentado em material com boa base técnico-científica e coerência lógica é que produzem informação e conhecimento relativamente consistente para subsidiar decisões em políticas e programas públicos.²

Como em toda produção técnico-científica realizada por mentes e corações humanos, a origem, natureza e diversidade do acervo de material bibliográfico referenciado influenciam o conteúdo e viés do conhecimento sistematizado pelo assistente de Inteligência Artificial. Em outras palavras: assim como a produção técnico-científica não é neutra, mas influenciada pelos paradigmas disciplinares do pesquisador e pela literatura selecionada para sua fundamentação, a informação algorítmica sistematizada pelos assistentes de Inteligência Artificial posiciona-se, ou melhor, calcula suas respostas com o “verniz político” típico de seu acervo bibliográfico de aprendizado. Portanto, pode se relevar, em uma análise de discurso, um assistente mais Conservador ou Liberal, Social-Democrata ou Centro-Direita ou qualquer

² O ChatPP está usando a plataforma *open source* da “família” de Modelos de Linguagem Generativa Llama 3.0, enquanto não existe disponível um similar desenvolvido e disponível em universidades brasileiras.

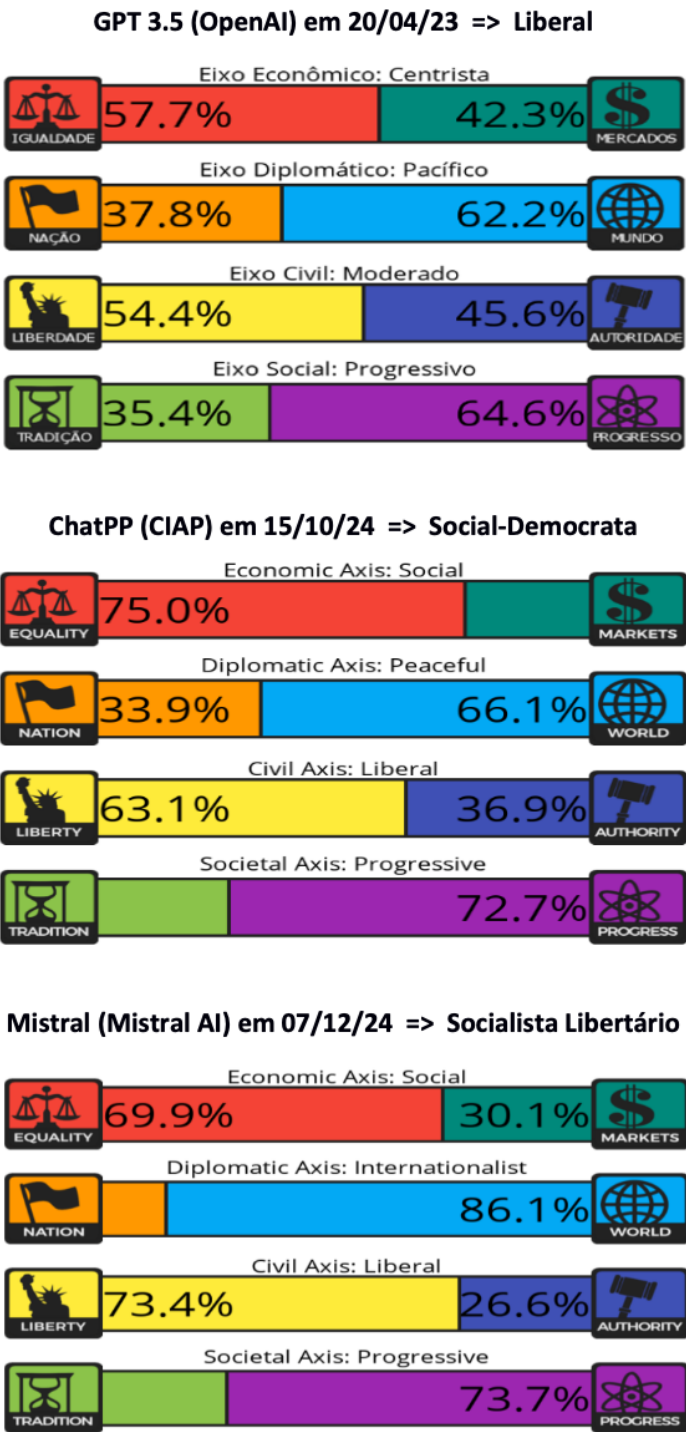
outro perfil dentre os tantos descritos por Rosas e Ferreira (2014), Prioli (2022), Tavares (2024) ou Almeida e Ribeiro (2024).

De fato, como discutido em Jannuzzi, Ferreira e Reis (2023, 5 maio), as respostas produzidas pelo GPT 3.5 assemelham-se às de um típico “liberal” democrata norte-americano, segundo o resultado da aplicação do Teste de Posicionamento Político de 8 valores desenvolvido pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) e disponibilizado na plataforma do IDRLabs (Figura 3). Esse teste envolve o posicionamento quanto a 70 questões de concordância ou discordância em quatro eixos políticos: Igualdade/Mercado; Nacionalismo/Globalização; Liberdade/Autoridade; Progresso/Tradição. Se pudesse votar, provavelmente votaria em Kamala Harris, pois o assistente “acredita” na Ciência, na mudança climática, na moderação do “comportamento interpessoal”. Não responde às perguntas como um trumpista libertário, um bolsonarista terraplanista ou um ultraliberal da juventude mileinista.

O Mistral é, pela aplicação do mesmo teste de posicionamento político, um “socialista libertário” (Figura 3). Emblemática dessa posição é a forte concordância do assistente de IA com as seguintes assertivas: “Eu apoio o pagamento de um sistema único e universal de saúde.” “A intervenção do governo na economia é necessária para proteger os consumidores.” “Toda autoridade deve ser questionada.” Ele discorda fortemente de posições unilaterais e individualistas. Acredita fortemente no Estado laico e na necessidade de se preparar para as mudanças climáticas. Advoga por um mundo mais pacífico, mais livre de preconceitos e solidário com imigrantes.

A aplicação do mesmo conjunto de perguntas do teste para o ChatPP 4.0 revela que o assistente produz respostas com posicionamento político considerado mais progressista e desenvolvimentista que o GPT 3.5, mas menos libertário que o Mistral. O ChatPP 4.0 revela-se um “social-democrata” (Figura 3), como ilustra a resposta a uma das perguntas em que é indagado quanto à adesão ao princípio de austeridade fiscal a qualquer custo: “Em uma sociedade democrática e justa, o bem-estar dos cidadãos deve ser considerado como um objetivo prioritário. Manter um orçamento equilibrado é importante, mas não pode ser feito às custas do bem-estar das pessoas”. Nesse sentido, está mais distante do liberalismo democrático do GPT – que se restringe à garantia de um mínimo existencial –, pois apoia fortemente a estruturação de um sistema público de saúde e o princípio: “A cada um segundo sua capacidade, para cada um segundo suas necessidades.” Tem um forte senso nacionalista, acredita na Ciência responsável, na necessidade da regulação ambiental e na legalidade da união homoafetiva.

Figura 3. Posicionamento político de assistentes de IA Generativa testados pelo IDRLabs.



Fonte: Individual Differences Research (IDRLabs.com). Elaborada pelos autores.

O posicionamento político do ChatPP é resultado do acervo de textos usados em seu aprendizado de máquina e do referenciamento composto por uma parte da produção acadêmica brasileira no Campo de Públicas, que parece refletir os valores públicos inscritos no pacto político-social progressista da Constituição Federal de 1988. O aprendizado de máquina do ChatPP calibrou-o para produzir respostas segundo esse perfil, algo não plenamente antecipável no início do projeto. O repositório de estudos referenciados pela ferramenta passou de cerca de 800 textos no início do projeto, há um ano, para quase 18 mil textos atualmente, graças à ampliação da capacidade computacional disponível.

Esse acervo começou a ser constituído por trabalhos extraídos dos anais dos últimos eventos científicos das três principais associações científicas da área de Políticas Públicas: Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP), Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas (ANEPCP) e a Divisão de Administração Pública da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD). Foram também inseridos textos de anais dos congressos do Conselho Nacional de Secretários do Estado da Administração (CONSAD), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (EcoEco) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (Anppas), além de publicações científicas como a Revista de Administração Pública (RAP) e a Revista do Serviço Público (RSP).

Cabe observar que os textos de anais são *quasi*-públicos, já que esses eventos são, em boa medida, financiados com recursos públicos, assim como seus participantes são, em grande parte, oriundos de programas de pós-graduação de universidades públicas ou bolsistas de órgãos públicos de fomento. Apropriar-se desse acervo para posterior disseminação referenciada de forma pública e gratuita – como é o objetivo do nosso projeto – é muito diferente da prática de *webscraping* empregada pelas *big techs* no desenvolvimento de suas ferramentas de IA, em que se faz a extração automática de material disponível em portais de revistas acadêmicas e outros sites que, em tese, têm seu uso protegido por direito autoral.

Pelo que se pode verificar, até o momento as principais ferramentas de IA Generativa produzem informação algorítmica valendo-se de referências conhecidas e com valência equilibrada em valores civilizatórios mais consagrados. Antes mesmo do aprendizado com acervos selecionados, esses assistentes trazem em sua estrutura um conjunto vastíssimo de parametrizações decorrentes de pré-aprendizado e calibração “de fábrica”, de modo a que consigam produzir textos coesos e com encadeamento sintático.

Considerações finais

Nunca é demais lembrar que a Inteligência Artificial é apática, sem paixão política pela liberdade, igualdade ou fraternidade (Han, 2022b). Não reflete, e sim calcula, produzindo

respostas com o posicionamento dominante que seus “criadores” escolheram para compor de repertório de textos para aprendizado. Em mentes e mãos mal-intencionadas parece factível a criação de um assistente extremista de direita, que gere a desinformação algorítmica relatada na seção anterior, com maior requinte e maior capacidade de convencimento. Há sempre, em qualquer sociedade, segmentos descontentes da pequena burguesia conservadora buscando “verdades” que referendem seus preconceitos e justifiquem suas dificuldades na vida. Os recursos analógicos da máquina de propaganda nazista nos anos 1930 já mostrou sua eficácia, como bem apontou Adorno (2020).

É preciso, pois, estar atento às novas ferramentas e às versões das existentes no futuro próximo. A volta de Trump ao governo dos EUA, sua proximidade a Elon Musk e aos executivos das *big techs* e a clara rejeição que compartilham a qualquer forma de regulação estatal das mídias sociais trazem inseguranças e incertezas no campo (Gorgen, 2024). Como bem colocou Han (2022a, pp. 25-28):

No início da democracia, a mídia determinante era o livro. Este estabelece um discurso racional de Esclarecimento. A esfera pública discursiva, essencial para democracia, se deve ao público leitor pensante. [...] As mídias eletrônicas de massa destroem o discurso racional marcado pela cultura livresca. Produzem uma midiocracia [...] [em que] o entretenimento determina a mediação de conteúdos políticos e deteriora a racionalidade.

Em um contexto em que mídias sociais desregulamentadas influenciam eleições, deslegitimam programas sociais e “cancelam” atores políticos, é capital, portanto, que a sociedade esteja vigilante quanto ao uso das mídias, novas e antigas, para que a desinformação e a manipulação não comprometam os valores democráticos. Neste sentido, dispor de uma IA Generativa com acervo de referências conhecidas e consistentes – como o ChatPP do projeto IAPP –, que se “comporta” de forma equilibrada e republicana, não é só uma boa notícia... É uma salvaguarda institucional e instrumental na arena digital frente a outras ferramentas disponíveis e as que serão criadas nos próximos anos.

Referências

- Adorno, T. W. (2020). *Aspectos do novo radicalismo de direita*. Editora Unesp.
- Almeida, A. C., & Ribeiro, R. J. (2024). *A política como ela é*. Difel.
- Benkler, Y., Faris, R., & Roberts, H. (2018). *Network propaganda: manipulation, disinformation, and radicalization in American Politics*. Oxford University Press.
- Biroli, F., Machado, M. D., & Vaggione, J. M. (2020). *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. Boitempo.
- Carreira, D., & Lopes, B. (Orgs.) (2022). *Gênero e educação: ofensivas reacionárias, resistências democráticas e anúncios pelos direitos humanos à educação*. Ação Educativa.

- Empoli, G. (2019). *Os engenheiros do caos* (3a ed.). Vestígio.
- Fisher, M. (2023). *A máquina do caos*. Todavia.
- Gorgen, J. (2024). *A nova geopolítica do universo digital*. Outras Palavras.
- Han, B. C. (2022a). *Infocracia: Digitalização e crise da democracia*. Vozes.
- Han, B. C. (2022b). *Não-coisas: Reviravoltas do mundo da vida*. Vozes.
- Jannuzzi, P. M. (2024). *Políticas públicas, valores e evidências em tempos de Inteligência Artificial*. Alínea.
- Jannuzzi, P., Rocha, V., & Reis, F. (2023, 5 de maio). Chat GPT, inteligência para o bem? *Terapia Política*. <https://terapiapolitica.com.br/chat-gpt-inteligencia-para-o-bem/>
- Jannuzzi, P., Rocha, V., Silva, A. L. G., Proni, M., Bragheto, H., & Carvalho, R. R. (2024, 10 de outubro). Inteligência artificial e políticas públicas: um ano depois. *Nexo Jornal*, Nexo Políticas Públicas. <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2024/10/10/inteligencia-artificial-e-politicas-publicas-um-ano-depois>
- Lago, M. (2025, janeiro). O enigma do voto. *Piauí*, (220), 22–26.
- Marques, L. (2023, 18 de abril). Os direitos e as big techs. *Terapia Política*. <https://terapiapolitica.com.br/os-direitos-e-as-big-techs/>
- Moreira, E. (2020). *Economia do desejo: a farsa da tese neoliberal*. Civilização Brasileira.
- Persily, N., & Tucker, J. (2020). *Social media and democracy: the state of the field, prospects for reform*. Cambridge University Press.
- Prioli, G. (2022). *Ideologias*. Companhia das Letras.
- Rosas, J. C., & Ferreira, A. R. (Orgs.) (2014). *Ideologias políticas contemporâneas*. Almedina.
- Silva, E. C. M. (2024). *Conspiracionismo no Brasil em números*. São Paulo.
- Silva, E. C. M., & Vaz, J. C. (Coords.) (2022). Como a desinformação impacta as políticas públicas. Grupo de Estudos em Tecnologias e Inovações na Gestão Pública (GETIP-USP), Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas (OIPP-USP), Núcleo de Estudos da Burocracia (NEB-FGV). <http://getip.net.br/desinformacao-e-fake-news>
- Sousa, J. (2024). *O pobre de direita: a vingança dos bastardos*. Civilização Brasileira.
- Tavares, R. (2024). *Esquerda e direita: guia histórico para o século XXI*. Tinta da China.

Recebido em 14 de dezembro de 2024.

Revisado em 15 de janeiro de 2025.

Aprovado em 16 de janeiro de 2025.